

Memória das Atividades Participativas

Realizadas junto às pessoas e comunidades atingidas e às instâncias participativas

Produto: PAR06-19-P1

Mobilização/Participação Informada Regiões 1 e 2 Julho a Dezembro de 2024

Aedas



Expediente

Coordenação Geral de Mobilização R1

Janderson Santos

Coordenação Geral de Mobilização R2 Cesar Augusto Silva

_

Gestão Operacional R1

Caroline Malta Kayene Cupertino Thais Mendes

Gestão Operacional R2

Alana Souza Cristiane Francelina Dias Ligia Nonato Luana Farias

Equipe de Mobilização R1

Janaina Rocha
João Lopes
Viviane Freitas
Janaína Fernandes
José Cleiton Maciel
Laryssa Soares
Gerlâne de Lima
Nicole Cobargi
Sheila Estevão de Souza
Ana Luísa Ruffino
Joaquim Botellho
Anastácia Ridolfi

Equipe de Mobilização R2

Julimagda Medeiros Scarlet Souza Maxciene Neves Danielle Gomes Marcela Lacerda João Vitor Nonato
Paulo Gabriel
Leia Santos
Júlia Campos
Diego Silveira
Daniel Taranto
Luciana de Miranda
Mariana Barbosa
Camila Campos
Thiago Guilarducci
Sara Cortes

Coordenação Gestão de Informações

Karina Morais

Supervisão de Levantamento e Análise de Dados

Alice Capanema

Técnicos/as de Dados

Bruno Campos Cardoso Pamela Evelyn Ferreira

Equipe de Comunicação Coordenação

Elaine Bezerra

Gestão Operacional de Conteúdo

Valmir Macêdo

Projeto Gráfico e Diagramação

Wagner Túlio Paulino

Gerência Geral Participação InformadaDiva Braga

Diretrizes da Reparação do Acordo Judicial

Nina Jorge

Institucional

Gabriela Cotta

Reparação do Acordo Judicial

Ranuzia Netta

Coordenação Estadual

Cauê Melo Heiza Maria Dias Luis Henrique Shikasho

Dezembro de 2024

Escritório BH2 – Projeto Paraopeba

Rua Adalberto Ferraz, 42 – Lagoinha – Belo Horizonte/MG Aedas – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social CNPJ: 03.597.850/0001-07

www.aedasmg.org

E-mail: aedas@aedasmg.org



1. INTRODUÇÃO

O presente caderno tem o objetivo de evidenciar a memória das atividades realizadas nos meses de julho a dezembro de 2024, junto às pessoas e comunidades atingidas das regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba. Com foco nos espaços participativos de Visitas Técnicas, Reuniões de Comissões e as Cirandas Infantis, espaços previstos no Plano de Trabalho, cuja responsabilidade principal é da equipe de Mobilização Social no Eixo da Participação Informada.

No Plano de Trabalho da Assessoria Técnica Independente (ATI), o Eixo da Participação Informada, que abrange as equipes de Mobilização de Região I Brumadinho e Região 2 Betim, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba e Mateus Leme pelos Povos e Comunidades Tradicionais - incluindo o acompanhamento de situações de vulnerabilidade- bem como as equipes de Comunicação e de Gestão da Informação, mobiliza as pessoas e comunidades atingidas, facilitando a garantia de sua participação e o engajamento no intuito de estruturar uma organização social que incida sobre o processo de reparação. Logo, este eixo contribui para a ampliação do protagonismo e autonomia das populações atingidas, facilitando sua organização, formação e apropriação de diversos conteúdo.

Nos últimos Cinco anos, a Aedas tem realizado o atendimento e acompanhamento da população dos municípios atingidos pelo desastrecrime sociotecnológico da barragem da Vale S/A, que resultou na perda de 272 vidas, nas regiões 1 e 2 da bacia do Paraopeba, com o objetivo de assegurar a participação ativa nos processos de reparação integral.

É sabido que o rompimento da barragem em Brumadinho devastadores nas populações locais, agravando as vulnerabilidades existentes no território. Nesse contexto, a Aedas desempenha o importante papel de fornecer informações e suporte para que as pessoas atingidas possam acessar seus direitos e políticas públicas.

O público-alvo¹ da ATI inclui os 38.915 habitantes de Brumadinho e os e aproximadamente 538.657 habitantes dos municípios de Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Mateus Leme/PCTRAMA. No entanto, o público engajado nas atividades da Assessoria corresponde a 7.469 pessoas na Região 1 e 14.652 na Região 2. Por "público engajado", entendemos a população atingida que, em algum momento, foi diretamente atendida pela ATI, seja pelo Registro Familiar, em grupos virtuais informativos ou participando de espaços relacionados à reparação.

Esse público abrange grupos sociais vulneráveis, como mulheres, homens, crianças e adolescentes, pessoas negras, Povos e Comunidades Tradicionais

-

¹ Soma da população dos munícipios atingidos. Censo 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados - Atualizado em 22/12/2023.





(PCTs), pessoas idosas, pessoas com deficiência, Familiares de Vítimas Fatais (FVF), entre outros grupos sociais que exigem abordagens especializadas, cuidadosas e sensíveis.

Na Região 1, as famílias de vítimas fatais enfrentam um luto coletivo e individual, com repercussões na saúde mental, despesas médicas e desestruturação familiar. Na Zona Quente, epicentro do desastre-crime sociotecnológico, que inclui nove comunidades, entre elas uma quilombola, os danos foram extensivos. Além dos problemas decorrentes deste evento

Já na Região 2, a Aedas assessora 23 comunidades em Betim, 23 comunidades em Mário Campos, 23 comunidades em São Joaquim de Bicas, 5 comunidades em Igarapé, 13 comunidades em Juatuba e em Mateus Leme Povos e Comunidade Tradicionais.

No que se refere aos Povos e Comunidades Tradicionais, na Região 1, a ATI assessora 17 comunidades quilombolas e uma ribeirinha (embora apenas quatro quilombos tenham certificação formal, a Aedas respeita a autodeclaração e a autodefinição das comunidades tradicionais, conforme a Convenção 169 da OIT). Na Região 2, são acompanhadas 41 comunidades tradicionais autodeclaradas Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA).

Nestas, há registros de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade em relação à moradia, mobilidade, qualidade da água, insegurança alimentar e saúde física e mental, com a maioria das demandas relacionadas a mulheres.

A Aedas registrou 115 participações de crianças e adolescentes atingidos, em espaços de Ciranda, onde discutem temas relevantes como racismo ambiental e reparação integral e os temas relacionados às infâncias atingidas. Esses espaços garantem que as crianças sejam reconhecidas como sujeitos de direitos e tenham suas vozes ouvidas.

DIREITO À PARTICIPAÇÃO INFORMADA: ESPAÇOS PARTICIPATIVOS

No plano de trabalho, são considerados nove tipos de espaços participativos que viabilizam a participação informada da população atingida. Esses espaços possuem objetivos e públicos-alvo diferenciados e podem ser acionados por equipes diversas. São eles:





Comissão de atingidos atingidas.

Espaço organizativo população atingida, anterior à ATI, onde são debatidas questões coletivas ou individuais coletivizáveis realizados encaminhamentos dentro do processo reparação. Cumprem o papel de articulação mobilização social, deliberação e acúmulo nos espacos participativos da ATI.

Público-alvo:

Lideranças das comissões de atingidas (os).

Quantitativos:

Foram realizados 55 espaços.

Agentes Multiplicadores (AGMs)

Espaços que reúnem atingidas pessoas que, por seu envolvimento ativo no processo de reparação dos danos, destacam-se suas comunidades participam de reuniões dentro dos eixos temáticos, cumprindo papel de disseminação informações, deliberação e acúmulo nos espacos participativos da ATI. Público-alvo:

Agentes Multiplicadores (AGMs).

Quantitativos:

Foram realizados 3 espaços.

Eixos Temáticos

São espaços específicos para diálogos referentes aos anexos do Acordo Judicial, que têm por objetivo o aprofundamento nos temas dos anexos, proposição de reflexões encaminhamentos Público-alvo: AGMs, conselheiras (os) e comissões atinaidas (os). **Quantitativos:**

Foram realizados 2 espaços.

Visitas técnicas

Cumpre papel central de diálogo comunitário imediato. identificando demandas е possíveis encaminhamentos, preparação das pessoas atingidas participação para atividades em externas etc

Público-alvo:

Atingidas е atingidos.

Quantitativos:

Foram realizados 492 espaços.

Reuniões comunitárias.

Espaco importante de organização social e autonomia das pessoas atingidas. Onde ocorre a coletivização dos temas de interesse comunidades. Podem acontecer de forma autoorganizada com recursos е mobilização da própria comunidade com acompanhamento da ATI, ou acionada

dentro

Ciranda Infantil.

Espaço lúdico de escuta, acolhimento demandas, participação ativa das crianças e dos adolescentes.

Público-alvo:

Crianças adolescentes atingidas (os).

Quantitativos:

Foram realizados 11 espaços.

Seminário Temático.

Espacos de promoção discussão relacionada Mulheres, População Neara, Povos Comunidades Tradicionais e as especificidades desses grupos no processo reparatório.

Público-alvo:

Atingidas atingidos.

Quantitativos: Foi realizado 1 espaço.

e

Formação **Direitos**

em

Espaços formativos sobre garantia dos direitos das pessoas atingidas no processo de reparação. Público-alvo:

Atingidas е atingidos.

Quantitativos:

Foram realizados 4 espaços.





motodologia do do			
metodologia do de			
execução do Plano de Trabalho e			
servem para			
atendimento das			
demandas das			
comunidades			
atingidas para fins			
de informação,			
orientação, e			
elaboração de			
encaminhamentos.			
Público-alvo:			
Atingidas e			
atingidos.			
Quantitativos:			
Foram realizados 8			
espaços.			
Oficina de	Espaço cidadão	Reuniões	
Comunicadores	Espaço cidadão ou	Intercomunitárias	
Populares	comitiva de	Espaço de	
Espaço que busca	participação cidadã	coletivização dos	
subsidiar as	s ão espaços que	temas de interesse	
lideranças e AGMs	não são vinculados	da comunidades,	
com os instrumentos	diretamente ao	acionada dentro da	
necessários para	Acordo, mas estão	metodologia de	
produção e	relacionados à	execução do Plano	
disseminação	reparação e	de Trabalho e	
autônoma de	cumprem papel	servem para	
informações	importante para a	atendimento das	
pela/para a	sociedade civil	demandas das	
população atingida.	enquanto locais de	comunidades	
Público-alvo:	controle social,	atingidas para fins	
Lideranças das	participação e	de informação,	
comissões de	deliberação	orientação, e	
atingidas (os) e	cidadã	elaboração de	
AGMs.	Público-alvo:	encaminhamentos.	
Quantitativos:	Atingidas e	Público-alvo:	
Foram realizados 2	atingidos.	Atingidas e	
espaços.	Quantitativos:	atingidos.	
	Foram realizados 9	Quantitativos:	
	İ	İ	1
	espaços.	Foram realizados 29	

2. PARTICIPAÇÃO COLABORATIVA E ENGAJADA NAS REUNIÕES DE COMISSÕES, VISITAS TÉCNICAS E CIRANDAS INFANTIS



No contexto do acompanhamento realizado pela equipe de mobilização social, destacam-se estes três espaços centrais: **Reuniões de Comissões**, **Visitas Técnicas**, e **Cirandas Infantis** que estão sistematizados neste caderno. É por meio dessas atividades que a mobilização social busca ampliar o protagonismo e a autonomia das pessoas atingidas no processo de reparação de danos.

3.1 REUNIÃO DE COMISSÕES

As Reuniões de Comissões de atingidos e atingidas são espaços realizados ordinariamente – presenciais ou virtuais – com as comissões de cada região, para deliberar e propor ações no processo reparatório. Atualmente, as reuniões, organizadas pelas equipes de Mobilização², ocorrem semanalmente em todas as quintas-feiras e abordam uma variedade de pautas de acordo com as necessidades coletivas das comissões, bem como em função de encaminhamentos que precisam ser tratados, discutidos e realizados pelas pessoas atingidas.

Entre os meses de julho e dezembro de 2024 foram realizadas 55 reuniões de comissões, sendo 31 na região 1 e 24 na região 2, com 904 participações de atingidos e atingidas. Dessas participações, 656 foram de mulheres e 244 de homens. Em ambas as regiões a participação feminina foi preponderante.

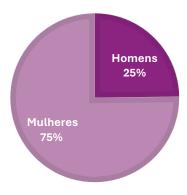


Gráfico: Participação dos Homens e Mulheres nas Reuniões de Comissões no segundo semestre de 2024

As pautas das reuniões são construídas de forma colaborativa entre ATI e pessoas atingidas, considerando o andamento das pautas da reparação, para garantia do apoio técnico da ATI aos vários anexos do acordo judicial. Respeitando as especificidades territoriais, os assuntos e pautas são tratados

_

² Há também reuniões de comissões específicas de Povos e Comunidades Tradicionais, respeitando o protocolo de consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé, que acontecem na Região 2 quinzenalmente, com os Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA) e na Região 1, conforme demanda dos quilombos.



conforme realidade de cada região, sendo coincidentes em temas comuns da Reparação que tangenciam a Bacia, bem como em questões identificadas como coletivizáveis de ambas as regiões. Assim como no primeiro semestre, o tema do anexo I.1 continuou sendo recorrente nas reuniões de comissões de ambas as regiões. Nesse período, foi aprovada a proposta definitiva da Entidade Gestora e realizados espaços para organização social dos territórios, com o objetivo de fortalecer a governança popular do anexo I.1. Esse processo gerou novas demandas para debates e reflexões nas reuniões de comissões.



Reunião com a Entidade Gestora do Anexo I.1 na R1



Reunião com a Entidade Gestora do Anexo I.1 na R2

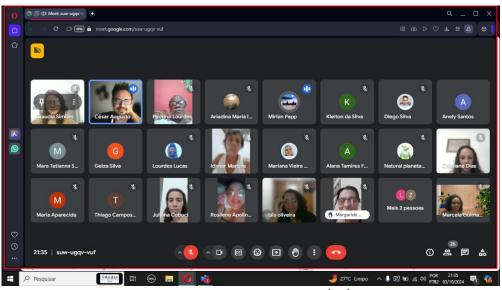
Outro tema recorrente foi o debate sobre a liquidação coletiva dos danos individuais. No decorrer desse semestre, ocorreram 03 audiências para julgar o andamento da fase de liquidação. Os repasses das audiências e diálogos sobre o processo eram realizados a cada reunião de comissões. Destaca-se



as movimentações ocorridas no mês de outubro: uma vitória significativa celebrada pelas comissões de atingidos e atingidas das duas regiões, com a negativa dos desembargadores do tribunal de justiça de MG sobre o recurso da Vale S.A que tentava invalidar o processo de liquidação coletiva dos danos individuais.



Reunião de comissões R1 10/10/24 Repasse do julgamento da liquidação coletiva



Reunião de comissões R2 03/10/24 Pauta liquidação coletiva dos danos individuais

Aconteceram, ainda, discussões sobre os Projetos Comunitários dos anexos I.3 (Região 2) e I.4 (Região 1) para acompanhamento e debate sobre o andamento dos projetos. Mais recentemente, nas últimas reuniões de comissões desse semestre, o debate sobre o anexo I.2 também teve destaque, em vista do comunicado de redução já para o início de 2025 nos valores pagos aos atingidos e atingidas no Programa de Transferência de





Renda. O comunicado da Fundação Getúlio Vargas gerou indignação nas comissões de ambas as regiões, que se organizaram para manifestar sua insatisfação e buscar canais de diálogos e respostas das Instituições de Justiça.

Ademais, o debate sobre a exposição a metais pesados e os efeitos na saúde da população atingida esteve no centro de várias reuniões de comissões, que discutiram sobre a metodologia da devolutiva dos estudos socioambientais e de saúde contratados pela AEDAS na Região 2, e elaboraram um documento de contribuição das comissões e coletivos para a Secretaria Estadual de Saúde (SES) para o Protocolo de saúde.

Em resumo, são muitas as pautas debatidas nos espaços de reuniões de comissões das regiões 1 e 2, que extrapolam os temas listados. Essas reuniões semanais são momentos de extrema importância para as comissões, cumprindo um papel imprescindível de alinhamento de pautas e de construção coletiva sobre todo o processo da reparação.

COMUNIDADES PR	RESENTES NAS REUNIÕES DE COMISSÕES
BRUMADINHO	ARANHA, ASSENTAMENTO PASTORINHAS, BELA VISTA, CASA BRANCA, CENTRO, COLÉGIO, COMUNIDADE TRADICIONAL RIBERINHA DA RUA AMIANTO, CÓRREGO FERREIRA, EIXO QUEBRADO, JOSÉ HENRIQUES, JOTA, MARICOTA, MASSANGANO, MELO FRANCO, MONTE CRISTO/CORREGO DO BARRO, PALHANO, PARQUE DA CACHOEIRA, PIEDADE DO PARAOPEBA, PLANALTO, PONTE DAS ALMORREIMAS, PRESIDENTE BARROCA, QUILOMBO SANHUDO, SALGADO FILHO, SÃO CONRADO, SÃO JOSÉ DO PARAOPEBA, TEJUCO.
MÁRIO CAMPOS	BELA VISTA, BOM JARDIM, CAMPO VERDE, CHACARÁ MARIA ANTONIETA, FUNIL, RETA 1, RETA 2, RETA DO JACARÉ, VILA ONDINA., VILA DAS AMOREIRAS,
BETIM	ALTO DA BOA VISTA, ASSENTAMENTO 2 DE JULHO, FLORES E FLORESTAS, DICALINO DE CABRAL, CRUZEIRO, COLÔNIA SANTA ISABEL, CHARNECA, SÃO SALVADOR II, SOL NASCENTE, SÃO MARCOS, VILA NOVA, MONTE CALVÁRIO,
SÃO JOAQUIM DE BICAS	BOA ESPERANÇA, FAROFA, FHEMIG, IMPERADOR, VALE DO SOL I, VALE DO SOL II, IMPERADOR, TEREZA CRISTINA, PRIMAVERA, PEDRA BRANCA, NAZARÉ.
IGARAPÉ	BERVELY, BREJO, SANTA ANA
JUATUBA	FRANCELINOS, SATÉLITE, PONTE NOVA, OCUPAÇÃO SANTA FÉ.



3. VISITAS TÉCNICAS

As visitas técnicas correspondem à forma mais próxima de contato da equipe Aedas com a população atingida. No conjunto da metodologia participativa, as visitas técnicas desempenham o papel central de diálogo comunitário imediato, na identificação de demandas e possíveis encaminhamentos, na preparação das pessoas atingidas para participação em atividades externas, entre outros aspectos. Tais visitas podem ser realizadas de forma presencial ou virtual, a depender da natureza e complexidade da demanda e das necessidades apontadas pela comunidade.

As ações previstas para serem conduzidas por meio de Visitas Técnicas incluem o acompanhamento de demandas de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade, diálogos com comissões e lideranças comunitárias locais, mobilização para participação em espaços participativos e distribuição de materiais informativos (como jornais, cartazes, cartilhas etc.), além das devolutivas de resultados de consultorias contratadas.

Inclui, ainda, o assessoramento aos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes etapas de detalhamento dos projetos priorizados no âmbito dos Anexos I.3 e I.4. Por fim, as visitas técnicas englobam também o acompanhamento de pessoas atingidas em sua participação em atividades ou reuniões com agentes externos como as Instituições de Justiças, autoridades municipais, secretarias, e representantes do Estado.

Nas regiões 1 e 2 foram realizadas 492 visitas técnicas, sendo 456 presenciais e 36 virtuais nas comunidades acompanhadas. Nas duas regiões, as Visitas Técnicas realizadas para a Organização Social do Território e Governança Popular do anexo I.1 tiveram destaque, em função da necessidade de avançar na estruturação dos conselhos locas, como instâncias de participação na Governança Popular do anexo I.1. Também houve Visitas Técnicas para diálogo com lideranças e distribuição do Jornal Vozes do Paraopeba em suas Edições 31, 32, 33, 34, 35 e 36.

















Na região 1, permaneceram ainda as Visitas Técnicas realizadas para acompanhamento dos atos promovidos pela comunidade de Familiares de Vítimas Fatais, que ocorrem mensalmente no dia 25 de cada mês, com o objetivo de evidenciar a luta por memória, encontro, justiça e não repetição. E as Visitas Técnicas para acompanhamento da formação em defesa dos territórios frente à mineração, realizados pela Frente Igreja e Mineração.

Número de Visitas Técnicas	VISTAS R1	VISITAS R2	Quantidade de participação*
492	233	255	847

4 VTs realizadas na R1 e R2 concomitantes*



Linha do Tempo									
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO				
Want of the state	Reunião de atualização sobre a reparação - Juatuba	Entrega de Jornais – S. J. de Bicas	21 04 04 15 050	Visita Técnica Ponte das Almorreimas - Brumadinho	ALE DE LA LES DE				
Discussões sobre os Conselhos Locais do Anexo 1.1 - Brumadinho	Lançamento do livro "AVABRUM: 272 vidas presentes"	Diálogo sobre questões territoriais e acesso a direitos da comunidade quilombola Família Sanhudo – Brumadinho	Visitas Técnicas – Região 2		Reunião com as comissões da Região 2				
Discussões sobre os Conselhos Locais do Anexo 1.1 – Região 2	Formação Rede Igreja e Mineração - Brumadinho				Visita Técnica - Acompanhamento - Ponte das Almorreimas - Brumadinho				
Reunião sobre a reparação – Mário Campos	Reunião sobre o regimento das comissões – S. J. Bicas	Seminário Direito das Pessoas com Deficiência - Brumadinho	Ato dos familiares de vítimas fatais por memória, encontro e justiça - Brumadinho	Reunião sobre a reparação coordenada pelas lideranças - Igarapé	Visita Técnica Fortalecimento de Lideranças - Brumadinho				



4. CIRANDA

A Ciranda Infantil se configura enquanto espaço lúdico de escuta, de formação, de educação, de acolhimento de demandas, de participação e de decisões das crianças e dos adolescentes atingidos, garantindo a participação ativa desses sujeitos durante todo o processo de luta pela reparação integral. O público-alvo são as crianças e adolescentes atingidas (os).



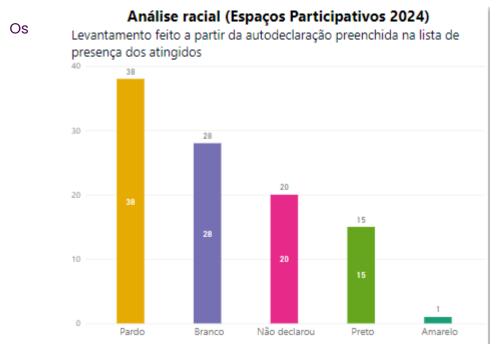
Crianças Atingidas da Região 1

No período de 01 de julho a 20 de dezembro realizamos onze (11) Cirandas Infantis presenciais, nas regiões 1 e 2, tendo a participação de 102 crianças e adolescentes, sendo 59,6% de meninas e 40,4% de meninos. Nesse processo atendemos em participação 03 crianças e adolescentes de Povos e Comunidades Tradicionais.

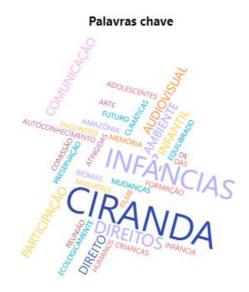
No quesito racial, nosso público de crianças e adolescentes é de 38% pardo, 15% preto, 28% branco, 1% amarelo e não declarou com 20%.

A Ciranda Infantil, assim como os demais Espaços Participativos, segue uma metodologia inclusiva, favorecendo a participação de crianças, adolescentes e jovens em sua diversidade. Nesse sentido, o público da Ciranda também é formado de crianças, adolescentes e jovens que são Pessoas com Deficiência (PCDs), desde deficiência intelectual à física, a exemplos de hidrocefalia e microcefalia. Além disso, temos um público neurodivergente significativo, principalmente, de crianças e adolescentes com autismo e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Nesse sentido, são 16,25% de crianças e adolescentes atingidos PCDs e neurodivergentes que foram assessorados pela Aedas





principais temas abordados nas Cirandas Infantis foram: Natureza como direito para crianças e adolescentes, Fotografia, Cinema e direitos humanos, Cine Aedinhas – direito das crianças e adolescentes, Educação Financeira, Crise Climática, e Disque Reparação.





Este documento é uma produção da Aedas - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social. Trata-se do Caderno com Memória das atividades realizadas junto às pessoas e comunidades atingidas e às instâncias participativas (produto PAR06-19-P1), elaborado pelas equipes do Eixo Participação Informada, a partir da sistematização das visitas técnicas, reuniões de comissões e cirandas infantis realizadas pela Aedas nas Regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba entre julho e dezembro de 2024. A elaboração deste produto contribui para subsidiar as pessoas atingidas no acesso à direitos, com o apoio das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) no processo de luta pela Reparação Integral.

